*Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica*
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

**ISSN 2317-1316**

# MULHERES INDÍGENAS E A COLONIZAÇÃO DE GÊNERO: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A INVASÃO DE 1500.

# INDIGENOUS WOMEN AND THE COLONIZATION OF GENDER: A CRITICAL ANALYSIS OF THE 1500 INVASION.

Micaela de Almeida dos Reis, Elisangela Freitas Leite, Mariah Martins de Carvalho

Escola Técnica Estadual Doutora Ruth Cardoso
E-mail para contato: micaelaalmeida754@gmail.com

*RESUMO - Este artigo analisa o impacto da colonização portuguesa iniciada em 1500, investigando como a imposição do patriarcado europeu e os padrões religiosos alteraram as operações de poder e autonomia feminina nas tribos indígenas. A pesquisa evidencia as transformações sociais impostas pelos colonizadores e jesuítas, que tentaram reconfigurar as estruturas comunitárias tradicionais. Através de uma visão crítica da história, o artigo demonstra que a resistência das mulheres indígenas não foi apenas física, mas uma luta constante pela manutenção de suas cosmovisões e modos de vida frente à tentativa de domesticação colonial, destacando o protagonismo feminino na preservação de suas identidades culturais.*

**Palavras-chave:** Mulheres Indígenas, Domesticação, Dominação, Machismo, Racismo, Colonização, 1500.

*ABSTRACT - This article analyzes the impact of Portuguese colonization, which began in 1500, by investigating how the imposition of European patriarchy and religious norms altered power dynamics and female autonomy within Indigenous tribes. The research highlights the social transformations imposed by colonizers and Jesuits, who sought to reconfigure traditional communal structures. Through a critical historical perspective, the article demonstrates that Indigenous women's resistance was not merely physical but a constant struggle to uphold their worldviews and ways of life in the face of attempted colonial domestication, underscoring the pivotal role women played in preserving their cultural identities.*

**Key-words:** Indigenous Women, Domestication, Domination, Sexism, Racism, Colonization, 1500.

ISSN 2317-1316

# 1 INTRODUÇÃO

A partir de 1500, a chegada dos colonizadores portugueses ao território que viria a ser o Brasil inseriu a região no sistema mercantilista europeu e no projeto de expansão da fé católica. O processo de ocupação colonial não se deu apenas pela exploração econômica e pelo domínio territorial, mas também pela imposição de uma estrutura social, moral e patriarcal sobre as populações nativas.

Nesse cenário, o choque cultural entre a visão de mundo europeia e as organizações indígenas resultou na desestruturação dos modos de vida tradicionais, atingindo diretamente a autonomia e a liderança desempenhadas pelas mulheres nas comunidades nativas. Diante desse processo, a história tradicional brasileira frequentemente silencia a presença e a atuação das mulheres indígenas.

Este artigo mostra uma outra versão dessa narrativa, focando na ligação entre o racismo e o machismo colonial. Enquanto os colonizadores desejavam a extração de riquezas, eles também aplicavam a "colonização de gênero", tentando converter mulheres líderes e guardiãs de saberes em mulheres submissas e domesticadas. Como aponta a filósofa argentina María Lugones (A teoria “Colonialidade do gênero”, produzida em 2008 e traduzida ao português em 2014), a colonização impôs o que ela denomina de "sistema moderno/colonial de gênero", no qual "a colonialidade não se refere apenas à classificação racial, mas à imposição de um sistema de gênero dualista e hierárquico que desumanizou as mulheres colonizadas".

Assim, enquanto os colonizadores extraíam riquezas, aplicavam também essa colonização de gênero, desestruturando a autonomia e as lideranças femininas indígenas. Portanto, a resistência das mulheres indígenas não deve ser vista apenas como um evento do passado, mas como um processo contínuo de sobrevivência e afirmação cultural.

As táticas de salvaguarda da identidade desenvolvidas durante o século XVI desdobram-se, hoje, em um movimento organizado de visibilidade política e social. Analisar o período colonial permite, assim, reconhecer as raízes do protagonismo feminino indígena na luta pela garantia de seus territórios e modos de vida no Brasil contemporâneo.

# 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Antes da chegada dos europeus em 1500, os povos originários que habitavam o território brasileiro organizavam-se em grandes matrizes etnolinguísticas, como Tupi-Guarani, Macro-Jê, Aruak e Karib. Embora existissem variações culturais entre as diferentes etnias, nessas

ISSN 2317-1316

comunidades a importância e a autoridade feminina manifestavam-se de forma coletiva e estrutural:

**Tronco Tupi-Guarani:** O protagonismo das mulheres concentrava-se no domínio da agricultura (especialmente o cultivo do mandiocal), na confecção da cerâmica e na transmissão dos mitos ancestrais. Pela regra de matrilocalidade, o homem ao se casar mudava-se para a casa da família da esposa, o que garantia às mulheres o controle do espaço doméstico e da rede de alianças da aldeia.

**Tronco Macro-Jê:** As mulheres exerciam papel central na organização dos rituais, nas pinturas corporais e na distribuição dos recursos alimentares obtidos pela coleta. Sua autoridade garantia poder de decisão na vida comunitária, sendo respeitadas como detentoras da memória do grupo.

**Família Aruak:** Marcada por forte tradição matrilinear e matrilocal, as mulheres Aruak eram reconhecidas como guardiãs da fertilidade, gestoras da vida social e da tecelagem, tendo voz ativa no conselho dos anciãos e na diplomacia entre aldeias.

**Família Karib:** As mulheres possuíam papel determinante na economia comunitária e no preparo dos alimentos rituais e medicinais, ocupando uma posição de centralidade simbólica e material nas decisões do grupo.

Conforme argumenta María Lugones (2008), antes da imposição do sistema de colonialidade de gênero, as sociedades indígenas organizavam-se por lógica de complementaridade, nas quais as mulheres detinham poder social, controle produtivo e papel ativo nas decisões comunitárias sem a subordinação hierárquica trazida pelos colonizadores. Dessa forma, a relação entre homens e mulheres não se pautava pela dominação ou submissão patriarcal, mas sim pelo princípio da complementaridade e reciprocidade.

Os homens tratavam as mulheres com respeito, reconhecendo a autoridade feminina na gestão da vida comunitária, no cuidado com o território e no domínio ritual, de modo que o trabalho masculino (caça, pesca e defesa) e o feminino (agricultura, cura e organização social) detinham valor equivalente para a sobrevivência do grupo. Essa autonomia garantia às mulheres um espaço de autoridade e tomada de decisão no cotidiano das comunidades.

A colonização e a ocupação territorial portuguesa não se limitaram ao domínio espacial e à exploração de recursos naturais; desencadearam também um processo de violência cultural e imposição de papéis sociais rigidamente definidos. Sob a ótica do eurocentrismo e do

ISSN 2317-1316

cristianismo do século XVI, os colonizadores julgaram a organização social nativa a partir de seus próprios padrões morais. Como analisa Mary Del Priore (1997, página 7), a liberdade, a nudez e a autoridade exercida pelas mulheres indígenas foram interpretadas pela Igreja Colonial como sinais de sensualidade exagerada e desordem moral, buscando-se, por meio da catequese, impor-lhes o modelo europeu da mulher piedosa, submissa e restrita ao âmbito doméstico.

O conceito de "Colonialidade de Gênero", formulado por María Lugones (2008), reflete essa tentativa deliberada de destruir a autonomia e a autoridade que as mulheres indígenas possuíam em suas comunidades, reduzindo a mulher nativa ao padrão europeu de submissão, domesticidade e passividade. No processo de consolidação da colônia, a exploração do corpo e do trabalho indígena tornou-se um pilar fundamental para o funcionamento dos primeiros territórios nacionais.

Muitas sociedades indígenas do século XVI eram matrilocais ou possuíam divisões de trabalho nas quais as mulheres tinham autoridade sobre a agricultura e a manutenção da vida comunitária. Os colonizadores europeus, imersos em uma visão eurocêntrica e católica, interpretaram a autonomia e a nudez da mulher indígena como "falta de moral" e “disponibilidade sexual”, justificando a violência e a exploração como ferramentas de dominação e domesticação.

Essa visão é evidenciada nas crônicas e nas cartas religiosas da época. O francês Jean de Léry, por exemplo, interpretou as pinturas corporais e a nudez das mulheres como símbolos de uma inocência:

> “As mulheres pintam o corpo de preto e vermelho com os sucos de jenipapo e urucum, fazendo traços tão simétricos e perfeitos que parecem estar vestidas com tecidos rendados... Não usam nenhuma cobertura, mas trazem no corpo a graça natural de quem não conhece a vergonha do pecado.” (LÉRY, traduzida ao português em 1978, página 115-116).

Em contrapartida, o escrivão Pero Vaz de Caminha, ao registrar as primeiras impressões dos colonizadores europeus sobre as populações nativas na Carta do Achamento do Brasil (1500), observava essa mesma nudez a partir de um fascínio moral, associando a ausência de vestimentas a um estado de ingenuidade:

> “Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.” (CAMINHA, traduzida ao português em 1963, página 3).

Por causa da colonização e domesticação, tradições ancestrais foram desestruturadas e ressignificadas pela ótica da dominação. Como por exemplo, o cunhadismo, antiga prática de

ISSN 2317-1316

integração de estrangeiros à comunidade por meio do matrimônio com mulheres indígenas, que se tornou corrompida nas mãos dos colonizadores. As mulheres se tornaram moedas de troca, além de submetidas à escravidão doméstica e sexual. Assim, a escravidão indígena feminina coexistiu com a africana, sendo o pilar invisível que sustentou as primeiras vilas e engenhos no Brasil contemporâneo. O projeto colonial de "domesticação" e apagamento do protagonismo feminino indígena desdobra-se, no Brasil contemporâneo, na permanência de violências estruturais e no desrespeito aos seus direitos territoriais. Contudo, assim como no século XVI, as mulheres indígenas permanecem na linha de frente da resistência. Essa continuidade histórica se expressa hoje na ressignificação do conceito de "corpo-território", no qual a defesa da terra e a preservação dos corpos femininos contra a violência do patriarcado e do extrativismo são compreendidas como uma única luta. A resistência que antes ocorria de forma clandestina nas aldeias colonialistas ganha, hoje, o espaço público e os centros de decisão política. Esse movimento de visibilidade e retomada de autonomia consolida-se em articulações nacionais como a ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) e nas mobilizações de massa, como a Marcha das Mulheres Indígenas. A presença de lideranças como Sônia Guajajara, primeira-Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, e Célia Xakriabá, na política formal, exemplifica a ocupação de espaços de poder antes negados a essas populações. Sobre essa presença e o histórico de articulação feminina, a própria ministra destaca:

> "Ser mulher indígena no Brasil é você viver um eterno desafio: de fazer a luta, de ocupar os espaços, de protagonizar a própria história. [...] As lideranças femininas sempre existiram. Ainda que algumas culturas não permitissem a participação das mulheres nos espaços de decisão, a gente sempre teve esse papel dentro das aldeias. Sempre orientou as decisões e participou da organização das nossas lutas."

Esse protagonismo feminino indígena atual demonstra que a luta iniciada em 1500 não se encerrou, mas se transformou em uma estratégia organizada de afirmação cultural, demarcação de terras e enfrentamento ao racismo e machismo estruturais na sociedade brasileira.

## 4 CONCLUSÃO

Essa resistência cultural, iniciada em 1500, ecoa até hoje nas lutas das mulheres indígenas pela demarcação de suas terras e proteção de seus corpos-territórios. O machismo e a escravidão contra as mulheres indígenas são abafados até o século atual por um mito de "democracia racial" que romantiza o estupro colonial como "miscigenação pacífica". A história

ISSN 2317-1316

oficial brasileira foi escrita por homens brancos que transformaram a violência em história nacional, escondendo que a estrutura do Brasil se ergueu sobre o trauma dessas mulheres. Reconhecer esse passado é fundamental para entender a vulnerabilidade atual das mulheres indígenas, que continuam enfrentando os maiores índices de violência e invisibilidade política no país.

## 5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Declaração de Uso de IA: Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta Gemini, do Google, exclusivamente para corrigir os erros de ortografia. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelo autor, que assume total responsabilidade pelo texto final.

## 6 REFERÊNCIAS

BANIWA, Braulina Aurora. Mulheres e Território: Reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. 2018. Disponível em: https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/07/Baniwa-2018-Mulheres-e-Territorio.pdf. Acesso em: 08 abr. 2026.

Biblioteca da Faculdade de Letras UFRJ. “Duas viagens ao Brasil”, Hans Staden. 2024. Disponível em: https://biblioteca.letras.ufrj.br/duas-viagens-ao-brasil-hans-staden/. Acesso em: 01 out. 2026.

BrasildeFato. Sônia Guajajara comemora a liderança das mulheres indígenas na luta por direitos. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/povos-indigenas-vivem-momento-traumatico-afirma-sonia-guajajara/. Acesso em: 01 out. 2026.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta do Achamento do Brasil. 1500. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

CPDEL/UFRJ. María Lugones - Colonialidade e Gênero. 2008. Disponível em: https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Maria-Lugones-Colonialidade-e-genero.pdf. Acesso em: 01 out. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org. Acesso em: 8 abr. 2026.

ISSN 2317-1316

LÉRY, Jean De. Viagem À Terra Do Brasil. 1978. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/867488530/LE-RY-J-de-Viagem-a-terra-do-Brasil. Acesso em: 12 ago. 2026.

MIRANDA, Janira Sodré. Mulheres Indígenas: Igreja e Escravidão na América Portuguesa. 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20135. Acesso em: 12 ago. 2026

SCRIBD. Mary Del Priore - História das mulheres no Brasil. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/368958230/A-Mulher-Na-Historia-Do-Brasil-Mary-Del-Priore. Acesso em: 1 out. 2026.

UNICAP. Américo Vespúcio - Novo Mundo: as cartas que batizaram a América. 2026. Disponível em: https://portal.unicap.br/w/cartas-de-americo-vespucio. Acesso em: 01 out. 2026.